

Efeitos das receitas públicas estaduais sobre o desenvolvimento humano

Wesley de Almeida Mendes

Tarrara Alves Hosrth

Wanderson de Almeida Mendes

Marconi Silva Miranda

RESUMO ESTRUTURADO

Introdução/Problematização: O desenvolvimento humano é uma questão de grande relevância à medida que envolve, além das questões econômicas, questões técnicas e sociais voltadas para o estabelecimento de políticas públicas com alcance, principalmente, para as dimensões de saúde, educação e geração de renda. Para a promoção dessas dimensões, é necessário o financiamento do Estado em questões sociais sendo, para isso, utilizado recursos arrecadados sobre diversas fontes.

Objetivo/proposta: Dessa forma buscou entender como o desenvolvimento humano, no nível estadual, considerando a disponibilidade de recursos financeiros, sendo eles provenientes da arrecadação própria, arrecadação municipal e transferências intergovernamentais.

Procedimentos Metodológicos (caso aplicável): Foi realizado uma análise com 26 estados brasileiros no período de 2005 e 2013, utilizando o modelo dinâmico de regressão de dados em painel.

Principais Resultados: Os principais resultados apontaram que o desenvolvimento humano em períodos passados apresentou importância para o ano corrente, bem como as transferências possuem relação negativo nos valores de desenvolvimento.

Considerações Finais/Conclusão: percebe-se que a disponibilidade de recursos não é o principal fator de melhoria para o desenvolvimento humano, sendo necessário verificar as condições sociais, a qualidade da gestão e as disparidades regionais como influenciadores do desenvolvimento humano.

Contribuições do Trabalho: Considera ainda que a maior parte dos estudos sobre a temática de receitas públicas e transferências intergovernamentais têm como foco os municípios. Nesse caso, o presente estudo visa verificar os efeitos desses recursos em nível estadual, de forma a complementar a literatura a respeito desses efeitos.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Humano; Painel Dinâmico; transferências intergovernamentais; Recursos públicos.

1. Introdução

Em razão da complexidade da vida contemporânea, novas necessidades surgiram e, conseqüentemente, refletiram na crescente demanda por serviços públicos e ações efetivas do Estado a fim de garantir as condições necessárias ao desenvolvimento humano e melhorar a qualidade de vida. Desse modo, a exigência popular e a preocupação política com aspectos das condições sociais tornaram-se mais frequentes nos últimos anos.

Nesse sentido, o desenvolvimento humano pode ser entendido como um processo de mudanças de promoção da economia local e da qualidade de vida da população, considerando condições sociais, políticas e culturais, possibilitando à população condições de cidadania e democracia (BUARQUE, 2008; COWEN e SHENTON, 1996; PNUD, [s.d.]).

Tal preocupação refere-se ao fato de o desenvolvimento humano envolver diversas dimensões de importância social, tais como saúde, educação e renda, como foram discutidos por Bilbao-Ubillos (2012), Wu, Fan e Pan (2014), Heo e Hahm (2015) e Hou, Walsh e Zhang (2015). Tais estudos, ao considerarem esse caráter multidimensional, observaram a necessidade de análises conjuntas dessas dimensões e buscaram elaborar novos índices para mensurar o desenvolvimento humano sobre esses aspectos.

Diante a importância dessas dimensões sociais, a Constituição brasileira de 1988 tratou algumas delas, como saúde, educação, moradia e alimentação como o direito de todos, cabendo ao Estado prover condições de acesso universal e igualitário aos seus serviços (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 promoveu ainda a descentralização administrativa e fiscal entre a União, Estados e Municípios, sendo de competências do Estado, entre outras, a coordenação de políticas públicas, realização do intermédio da aplicação dos programas nacionais; na educação, é responsável pela aplicação de serviços de educação básica; na saúde, coordena as redes de laboratórios e gerencia atendimentos complexos hospitalares; na segurança pública, é responsável pela ação direta de segurança, pelo policiamento ostensivo e investigativo.

Para que sejam garantidos a aplicabilidade e manutenção dos programas sociais, torna necessária a aplicação de recursos públicos advindos da arrecadação tributária. Embora cada ente federado possua sua autonomia na arrecadação, sabe-se que ela ocorre de forma desigual entre as unidades federativas, tendo em vista as características e dinâmica econômica promovida na região.

Para promover a equalização fiscal, bem como possibilitar que todos os entes federados possibilitem as mesmas condições sociais, reduzam as desigualdades inter-regionais e promovam o desenvolvimento nas regiões, o Governo Federal busca repassar parte das receitas tributárias arrecadadas de competência da União por meio de transferências intergovernamentais (SCHOROEDER e SMOKE, 2003).

A literatura tem apresentado diversos estudos com relacionados com essa temática, como os trabalhos de Mendes, Miranda e Cosio (2008), Baião (2013), Sobel e Crowley (2014), Lü (2015), entre outros, em que verificaram a implicância das transferências intergovernamentais nas políticas fiscais e na composição orçamentária, em que ressaltaram a necessidade das transferências para equilíbrio do sistema financeiro federativo, mas com possibilidades de problemas derivadas da dependência desses tipos de recursos.

Diante desse contexto, questiona-se: como a qualidade das receitas públicas afetam o nível de desenvolvimento estadual? Desse modo, a presente pesquisa pretende entender como o

desenvolvimento humano estadual ocorre diante a disponibilidade de recursos financeiros, sendo eles provenientes da arrecadação própria e das transferências intergovernamentais. Ou seja, como as receitas públicas, geradas a partir da arrecadação própria e das transferências intergovernamentais, interferem na geração do desenvolvimento humano. Nesse sentido, de forma específica, busca-se compreender como cada fonte de receita influencia no desenvolvimento humano, no nível estadual.

Considera ainda que a maior parte dos estudos sobre a temática de receitas públicas e transferências intergovernamentais têm como foco os municípios. Nesse caso, o presente estudo visa verificar os efeitos desses recursos em nível estadual, de forma a complementar a literatura a respeito desses efeitos. Além disso, considerando o cenário de restrição de receitas no nível estadual, os resultados encontrados poderão otimizar o emprego dos recursos, considerando as receitas provenientes de arrecadação própria e transferências governamentais, a bem do desempenho orçamentário.

2. Referencial

A promoção do desenvolvimento humano necessita de ações públicas pautadas na melhoria das condições sociais. Tais melhorias, contudo, dependem da capacidade orçamentária do poder público, a fim de providenciar recursos para atender aos programas sociais e, assim, condicionar na promoção social.

O desenvolvimento humano é visto sobre diferentes abordagens e conceitos, sendo trabalhada nas áreas da economia, ciência política, administração pública, saúde, educação entre outras.

As primeiras ideias de desenvolvimento surgiram para conceituar as descobertas de instrumentos ou procedimentos. Mais tarde, foi acrescido a ideia de melhorias realizadas em uma ferramenta ou processo para pensar o desenvolvimento (CAIDEN e CARAVANTES, 1982). Posteriormente, o conceito foi utilizado no período da Guerra Fria para designar ao bloco ocidental capitalista como desenvolvidos, em detrimento ao polo oriental socialista (FREITAS, FREITAS e DIAS, 2012; CAIDEN e CARAVANTES, 1982).

A partir de então, a ideia de desenvolvimento se diversificou e várias vertentes foram tomadas, como o desenvolvimento rural, desenvolvimento social, desenvolvimento local, entre outros. Destacam-se como duas grandes vertentes o desenvolvimento econômico, visto como a expansão da economia e o desenvolvimento humano, como mecanismo de expansão das capacidades humanas.

O desenvolvimento econômico, de forma básica, espera-se como funções do governo a alocação eficiente de recursos, o ajustamento e a distribuição de renda pela atividade laboral exercida e da estabilização econômica (BOGONI, HEIN e BEUREN, 2011).

Já o desenvolvimento humano deve ser entendido como a liberdade do ser humano, através das garantias sociais, possibilidade de comercialização e consumo, bem como do papel político no fornecimento de serviços públicos básicos que favoreçam a saúde, educação, moradia, alimentação entre outros (SEN, 2010).

O desenvolvimento humano busca garantir o bem-estar e a qualidade de vida à população. De acordo com Barber et al. (2014) essas garantias envolvem a relação de múltiplos domínios e competências humanas, tais como a Economia, Educação, Religião, Pessoal, Saúde, Familiar e

Emprego, entre outros. Cowen e Shenton (1996) consideram ainda o papel da cidadania e da participação popular, no controle social e na tomada de decisões, como fatores para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, nota-se que a visão econômica de desenvolvimento não é capaz de descrever as necessidades e evoluções humanas. Isso se refletiu na primeira forma de mensurar o desenvolvimento humano, onde contabilizavam o PIB per capita daquela localidade contudo, tal análise não era capaz de verificar as condições sociais, tais como o nível de saúde e educação das pessoas (PNUD, 2012). Diante dessas multidimensões do desenvolvimento humano, buscaram realizar uma análise do desenvolvimento humano utilizando outras áreas, além da economia, como uma forma de captar as capacidades humanas, surgindo o Índice de Desenvolvimento Humano, um índice que capta as condições de Saúde, Educação e de Renda (PNUD, 2012).

Para a organização Mundial da Saúde (OMS) a Saúde pode ser observada como um completo bem-estar físico, mental e social do indivíduo ocasionado por um conjunto de condições sociais que melhoram suas condições de vida (WHO, 1946). Para Lawrence (2004) a saúde é uma condição humana ocorrida pelas relações sociais e do equilíbrio dos fatores biológicos, químicos e físicos.

Dessa forma, o Sistema Único de Saúde (SUS) surge diante a lei 8.080, de 1990, garantindo acesso à saúde pública a todos os brasileiros, preconizando as diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal e promovendo programas de promoção e prevenção da saúde.

A educação, outra dimensão do desenvolvimento humano, possibilita que o ser humano tenha conhecimento de mundo, ser independente e ter voz e participação política. Sen (2010) ressalta ainda a importância da educação para impulsionar as demais dimensões do desenvolvimento humano. O conhecimento, para tanto, promove o processo produtivo, na inovação, na melhoria das condições de trabalho e, consequentemente na renda do trabalhador, bem como nos avanços da saúde, com o conhecimento de medicamentos e medidas de prevenção.

Conforme Dourado e Oliveira (2009), para obter uma educação de qualidade é necessário observar as dimensões intra e extraescolares, na efetivação da política escolar, bem como nos aspectos sociais e econômicos da população. Os autores ainda relacionam a necessidade da criação de condições para reduzir as desigualdades sociais, na promoção e atualização histórico-cultural, na democratização da organização e gestão escolar, levando em consideração os aspectos pedagógicos, além da relação do aspecto da turma, dos professores e do corpo técnico administrativo, bem como da infraestrutura escolar e o engajamento social na promoção de uma escola de qualidade.

Contudo, apesar da importância da educação, Sobreira e Campos (2008) destacam as falhas da educação básica brasileira, com ênfase na infraestrutura das escolas, com ausência ou dificuldades de acesso a bibliotecas, equipamentos de informática e laboratórios de ciências.

Diante do exposto, nota-se a complexidade do desenvolvimento humano pelas diversas dimensões que envolvem o tema, bem como o papel político e jurídico que imputam ao Estado o dever de garantir tais condições sociais. Para promover o desenvolvimento humano, portanto, é necessário a aplicação de políticas públicas sociais sobre, capazes de proporcionar o bem-estar social e o crescimento econômico. É importante destacar ainda que a aplicação eficiente dos recursos públicos, sejam eles financeiros, humanos ou materiais, são elementos

fundamentais para a promoção das condições sociais e do desenvolvimento humano. (SANO e MONTENEGRO FILHO, 2013; SOARES, GOMES e TOLEDO FILHO, 2011).

A constituição federal de 1988 prediz a descentralização administrativa, política e fiscal, cabendo a cada ente a competência, entre outras, de arrecadar, gerenciar e aplicar os recursos públicos. Entretanto cabe ao gestor público promover o controle desses recursos, maximizando os resultados de desenvolvimento social com o valor disponível (SCARPIN e SLOMSKI, 2007), e esforços para ampliar a capacidade de arrecadação fiscal (MARINHO e JORGE NETO, 1999).

Apesar da descentralização da arrecadação tributária, é fato que União possui em sua competência a maior base tributária, centralizando um grande volume de tributos no Governo Federal. Conforme Prado (2007) essa centralização é uma característica dos Estados federais, onde a União possui um volume de receita superior às despesas, enquanto os governos subnacionais possuem despesas superior às receitas tributárias retratadas como brecha vertical.

A composição dessas receitas depende ainda da dinâmica econômica do município, onde regiões com maior circulação econômica tende a ter um maior volume de arrecadação tributária. Diante das diferenças dos contextos locais, com regiões mais dinâmicas frente às regiões com economia estagnada, nota-se uma diferença da arrecadação entre os municípios, tratada como brecha horizontal.

Mediante essas diferenças da arrecadação, Baião (2013) e Schroeder e Smoke (2003) ressaltam a importância da centralização tributária na União, que tem por finalidade sua redistribuição aos governos subnacionais a fim de equalizar suas receitas e promover o desenvolvimento.

Nesse contexto, as transferências intergovernamentais compreendem uma importante ferramenta federal, sendo destacadas como vantagens a composição nas receitas para o financiamento de políticas públicas (LÜ, 2015), a promoção de mecanismos de accountability (SHAH, 2007), a redução de conflitos fiscais (BOADWAY, 2007), a promoção dos programas sociais em municípios com baixa capacidade tributária (BAIÃO, 2013), e das correções das desigualdades socioeconômicas.

As transferências constitucionais, tem por finalidade promover programas sociais sendo que as transferências legais, ocorrem diante à uma lei específica; e as transferências voluntárias, geradas por programas específicos, momentos de urgência, ou acordos políticos não previstos em legislações (BRASIL, 2014a; BRASIL, 2014b). Essas transferências, em sua maioria, são formadas pela cota parte do ICMS, IPVA, IPI exportação bem como os Fundos de Participação do Estado e dos Municípios, além das transferências para o Sistema Único de Saúde – SUS e para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, destinadas à aplicabilidade em programas sociais de saúde e educação

Conforme Silva, Fagundes e Pereira (2007), os fundos de participação seguem a economia e demografia local em seu repasse, tendo por finalidade equalizar as receitas entre os entes federados e reduzir as brechas horizontais. As transferências do SUS e FUNDEB são transferências constitucionais, com aplicação em programas sociais para melhoria de seus indicadores e possibilidade que todos os governos subnacionais apliquem as mesmas medidas de promoção da saúde e educação.

A composição das receitas disponíveis apresenta, ainda, relevância nas condições sociais. A maior dependência das transferências afeta negativamente o desenvolvimento humano, visto

que as transferências visam suprir as necessidades financeiras dos municípios e não gerar investimentos que propiciam o desenvolvimento humano. Esta análise corrobora a pesquisa de Slack (2007), que observou a composição das receitas, a dependência das transferências, autonomia na aplicação de recursos sociais e o modelo administrativo das regiões metropolitanas e de grandes cidades, cujos municípios com maior esforço fiscal, ou seja, maior capacidade de arrecadação própria possuíam maiores recursos para investimento social..

3. Procedimentos Metodológicos

Para atender o objetivo proposto, considerando a formação das receitas estaduais e dos municípios que compõe cada Estado, foram utilizados dados secundários referentes ao ano de 2005 à 2013 relacionados à arrecadação disponibilizados pelo FINBRA (TESOURO NACIONAL, 2013) (Ver Tabela 1).

Tabela 1: Matriz de variáveis independentes empregada e expectativa teórico

	Variável	Descrição	Fonte	Expectativa
Estadual	Inpcipva	Logarítimo natural Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores per capita, de competência do Estado	(TESOURO NACIONAL , 2013)	+
	Inpcited	Logarítimo natural Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos per capta que incide sobre a doação ou sobre a transmissão hereditária ou testamentária de bens móveis, inclusive semoventes, títulos e créditos, e direitos a eles relativos ou bens imóveis situados em território do Estado, na transmissão da propriedade plena ou da nua propriedade e na instituição onerosa de usufruto.	(TESOURO NACIONAL , 2013)	+
	Inpcicms	Logarítimo natural Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação per capta	(TESOURO NACIONAL , 2013)	+
	InpcTaxas	Logarítimo natural do Somatório dos tributos de taxas per capta cobradas para a prestação de serviços do Estado	(TESOURO NACIONAL , 2013)	+
	InpcRecont	Logarítimo natural Receitas de Contribuições per capta- Somatório de todos os tributos de contribuições recolhidas pelo Estado.	(TESOURO NACIONAL , 2013)	+
	Inestpc	Logarítimo natural do somatório dos tributos estaduais per capta	(TESOURO NACIONAL , 2013)	+
Transferências para o Estado	Inpcpfpe	Logarítimo natural Cota-Parte do FPE per capta- Valor referente à cota recebida do fundo de participação do Estado, com recursos transferidos pela União.	(TESOURO NACIONAL , 2013)	-
	Inpcpipi	Logarítimo natural Cota-Parte IPI per capta - Valor referente à cota recebida do imposto sobre produto industrializado.	(TESOURO NACIONAL , 2013)	-
	Inpcpcide	Logarítimo natural Cota-Parte da CIDE per capta- Valor recebido pelo Estado referente à cota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível	(TESOURO NACIONAL , 2013)	-

	Inpccf	Logarítimo natural Compensações financeiras per capta-Compensação referente à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.	(TESOURO NACIONAL, 2013)	-
	Intranspc	Logarítimo natural do somatório das transferências estaduais per capta.	(TESOURO NACIONAL, 2013)	-
Controle	Ifdm _{it-t}	3 defasagens do Índice Firjan de Desenvolvimento municipal.	(FIRJAN, IFDM: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, 2014)	+
	Insaude	Logarítimo natural dos gastos per capta da saúde.	(TESOURO NACIONAL, 2013)	+
	Inedu	Logarítimo natural dos gastos per capta da educação.	(TESOURO NACIONAL, 2013)	+
	medpc	Número de médicos per capta registrado no estado	(DATASUS, 2016)	+
	matpc	Número de matrículas no ensino fundamental per capta registrado no estado	(INEP, 2016)	+
	Bfpc	Número de beneficiários do bolsa família per capta, atendidos pela estratégia saúde da família, registrados no estado.	(DATASUS, 2016)	-

Fonte: elaborado pelo autor

Como variável dependente adotou-se o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), indicador que abrange a saúde, educação e emprego e renda, em uma escala de 0 à 1, sendo considerado, pela metodologia de apuração do índice, Baixo desenvolvimento (0 à 0,400), Médio (acima de 0,400 à 0,600), Alto (acima de 0,600 à 0,800) e Muito alto desenvolvimento (acima de 0,800).

Nesse caso foi utilizado para a análise do Estado a média simples dos valores dos municípios que compreendem aquele Estado. Por disponibilizar dados apenas de 2005 à 2013, o recorte temporal foi tomado tendo em vista os limites da disponibilidade de dados do IFDM. A unidade empírica de análise foram os 26 Estados brasileiros, não considerando o Distrito Federal, por apresentar características particulares no aspecto administrativo, político e tributário.

Serão realizadas 5 regressões, considerando os valores agregados e desagregados para cada conjunto de receitas, que terão como finalidade a comparação entre os resultados encontrados. Tal estratégia é tomada considerando o volume de variáveis aplicadas no modelo, que podem causar multicolinearidade. Contudo, é importante destacar que, para identificar os efeitos das receitas de transferências e de arrecadação própria no desenvolvimento humano, outras técnicas para agregar tais variáveis podem realizar agrupamentos que não alcançarão o objetivo proposto.

Entende-se ainda que o desenvolvimento humano de períodos passados possui relevância no nível de desenvolvimento humano do ano corrente, tendo em vista que as alterações, positivas ou negativas no nível do desenvolvimento humano tende a ocorrer em médio e longo prazo. Sabendo que reflete-se ao desenvolvimento humano fatores sociais, tais como Saúde, Educação e Renda da população bem como os indicadores de desenvolvimento de períodos passados possui impacto no desenvolvimento humano no ano correte, foi utilizado, os valores de 1 defasagem para a variável IFDM, sendo nesta defasagem incluída a relação das condições sociais previstas pela teoria do desenvolvimento. Foi realizado o teste de Sargan, que validou os instrumentos para todos os modelos estimados, e o teste de Wald χ^2 validou as estimações realizadas para as 4 regressões.

Os dados serão tratados pelo modelo estatístico de regressão linear de dados em painel. Essa metodologia consiste na análise de dados para diferentes indivíduos ao longo do tempo. Fávero (2015) coloca esta característica como uma vantagem, tendo em vista a possibilidade de compreender a variação de fenômenos nos indivíduos e no tempo.

Pela sua característica, a análise de dados em painel possui ainda como vantagem o aumento do número de observações, redução da endogeneidade, multicolinearidade, aumenta os graus de liberdade e eficiência na análise e reduz os vieses que poderia resultar caso utilizasse modelos *cross-section* (GUJARATI e PORTER, 2011; CAMERON e TRIVEDI, 2009).

O modelo de dados em painel pode ser descrito, em sua forma básica pela Expressão 1.

$$IFDM_{it} = \alpha_i + \delta IFDM_{it-1} + \beta' X'_{it} + u_{it} \quad (1)$$

Em que:

$IFDM_{it}$ é a proxy de desenvolvimento humano para cada um dos i estados para o ano t ;

α_i é a Constante do modelo para cada estado i ;

δ é o coeficiente angular da variável defasada a serem estimadas;

$IFDM_{it-1}$ é a proxy de desenvolvimento humano defasada para cada um dos i estados para o ano $t-1$;

β' é o coeficientes angular de cada variável a ser estimada;

X'_{it} é a matriz de variáveis dependentes para cada estado i e para o ano t ;

u_{it} é o termo de erro do modelo

Para Cameron e Triverdi (2009) o painel dinâmico pode ser observado pela (1) dependência do valor passado da variável dependente, (2) na heterogeneidade entre a variável dependente e variável (eis) independentes e/ou (3) quando ocorre a heterogeneidade não observada, pelo efeito individual que varia ao longo do tempo.

Considerando a endogeneidade do desenvolvimento humano com as variáveis financeiras de receita, bem como a existência do caráter dinâmico do desenvolvimento humano, expresso pela proxy do IFDM, a equação (1) será estimada por dados em painel dinâmico com o Método dos Momentos Generalizados (GMM). Este painel assume que a variável dependente é influenciada por seus valores passados e, dessa forma, sua expressão é caracterizada pela presença dessa variável entre os regressores (BALTAGI, 2001; CAMERON e TRIVEDI, 2009). Para confirmação dessa endogeneidade, utiliza-se do teste de Durbin-Wu-Hausman. A estimação de GMM será pelo modelo para painéis curtos, o “System GMM”, tendo em vista que há 26 indivíduos para um período de tempo de 9 anos. Conforme Cangussu, Salvato e Nakabashi

(2010) o “System GMM” tem como hipótese a não correlação entre o instrumento de primeira diferença com o efeito fixo, o que aumenta o número de instrumentos e sua eficiência

4. Resultados

A fim de explorar as características referentes ao fenômeno estudado, procedeu-se uma Análise Exploratória dos Dados (AED), presente na Tabela 2, onde verificou que o total de 234 observações, 26 Estados e 9 anos.

Tabela 1: Estatística descritiva

Variável		Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Observações	
ifdm	Geral	0,565	0,098	0,37	0,76	N	234
	Indivíduos		0,092	0,426	0,739	n	26
	Anos		0,040	0,464	0,635	T	9
estpc	Geral	2028,716	5587,485	48,23	59773,8	N	234
	Indivíduos		2565,401	5181,444	13660,42	n	26
	Anos		4986,449	-10934,85	48142,1	T	9
transpc	Geral	7204,956	7780,231	26,26	3812,79	N	234
	Indivíduos		7523,917	5085,111	2857,342	n	26
	Anos		2422,051	-1988,867	1675,943	T	9
pcipva	Geral	1231,756	491,232	2,25	5402,36	N	234
	Indivíduos		2246,183	24,77	1179,258	n	26
	Anos		4388,483	-1039,272	4346,278	T	9
pcitcd	Geral	1292,778	5309,558	0,09	599,3	N	234
	Indivíduos		2427,734	0,587	1219,533	n	26
	Anos		4743,404	-1079,456	4902,744	T	9
pcicms	Geral	1684,557	4664,485	39,12	49879,49	N	234
	Indivíduos		2127,504	4206,189	11342,55	n	26
	Anos		4169,718	-9139,074	40221,49	T	9
pctaxas	Geral	6198,004	1783,072	0,65	1811,43	N	234
	Indivíduos		8018,277	1956,667	4058,822	n	26
	Anos		1599,529	-3404,022	1467,528	T	9
pccrcont	Geral	1486,153	2536,284	4,7	2081,22	N	230
	Indivíduos		1360,676	145,825	6107,756	n	26
	Anos		2153,293	-3056,703	1619,06	T	9
pccpfpe	Geral	6667,054	7703,775	7,41	3720,6	N	233
	Indivíduos		7495,725	3109,667	2810,784	n	26
	Anos		2206,142	-2449,891	1576,521	T	9
pccpip	Geral	184,013	4138,145	0,02	401,91	N	230
	Indivíduos		1810,865	0,534	6237,556	n	26
	Anos		373,779	-4170,425	3691,351	T	9
pccpcide	Geral	1175,035	1469,402	0,21	130,58	N	229
	Indivíduos		8172,007	4705,556	3187,778	n	26

	Anos		1227,213	-1980,743	1104,526	T	9
pccf	Geral	27,887	6460,609	0,2	423,85	N	227
	Indivíduos		7026,661	1237,778	3378,567	n	26
	Anos		4179,156	-1065,808	3362,514	T	9
educação	Geral	334,425	147,542	118,332	1122,059	N	234
	Indivíduos		46,457	283,653	449,357	n	26
	Anos		140,302	76,913	1133,834	T	9
Saúde	Geral	357,457	153,125	122,809	1164,513	N	234
	Indivíduos		48,214	294,385	466,359	n	26
	Anos		145,610	49,823	1176,733	T	9
matpercapta	Geral	0,183	0,390	0,07	0,55	N	234
	Indivíduos		0,026	0,143	0,228	n	26
	Anos		0,030	0,056	0,523	T	9
Medpercapta	Geral	0,117	0,041	0,047	0,241	N	234
	Indivíduos		0,040	0,056	0,213	n	26
	Anos		0,013	0,076	0,150	T	9
bfpc	Geral	0,077	0,034	0,019	0,144	N	234
	Indivíduos		0,033	0,023	0,127	n	26
	Anos		0,012	0,035	0,101	T	9

Notas: N: Observações por ano; n: Número de indivíduos; T: Anos

Fonte: Dados da pesquisa.

A variável IFDM, variou entre 0,37 e 0,76, apresentando que, usando das mesmas escalas de valor para avaliação dos municípios, apresentaram Estados com desenvolvimento Baixo e Estados com desenvolvimento Alto, e nenhum Estado com média de desenvolvimento Muito alto. Nota-se ainda, a elevada amplitude entre os valores de arrecadação própria estadual e de transferências.

Estados da região Norte foram os que obtiveram os maiores volumes per capita de recursos de transferências, enquanto os da região Sul e Sudeste foram os com menor participação nos volumes de transferências. Ao contrário, estados da região Sul e Sudeste foram os que obtiveram maiores valores de IFDM, enquanto os estados da região Norte obtiveram os menores valores.

Quanto ao volume de arrecadação per capita municipal, os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo se destacaram com o menor volume per capita desse recurso, podendo ser explicado que estes estados são o 3º e 1º mais populoso do Brasil sendo, dessa forma, torna-se rateado o volume de arrecadação.

Para identificar a influências das receitas no desenvolvimento humano, foram geradas 5 regressões, sendo R. 1 considerou os valores de receitas estaduais e de transferências agregadas, R. 2 considerou os valores de transferências para os Estados agregadas e as demais desagregadas, R. 3 considerou as receitas de tributos estaduais agregadas e as demais desagregadas. R. 4 considerou todas as variáveis de receitas desagregadas. R. 5 considerou as receitas estaduais agregadas e as receitas de transferências agregadas, além de incluir variáveis

de controle, sendo elas mais 2 defasagens do IFDM, o condições sociais e despesas com saúde e educação. Essas regressões podem ser observadas na Tabela 3.

Por existir multicolinearidade entre os impostos estaduais (ITCD, IPVA e ICMS), a estimação do modelo, bem como a ausência de variáveis de controle nas demais regressões, a R. 5 torna-se a análise com melhor confiabilidade, tendo em vista que corrige esse problema ao agregar essas variáveis. Nesse caso, toma-se a R. 5, que possui as variáveis de receitas próprias estaduais e receitas de transferências agregadas, bem como o controle por 3 defasagens do IFDM, mais as variáveis sociais e de despesas com saúde e educação. As demais regressões (R.1, R.2, R.3 e R.4) serão tomadas apenas para fins de comparação quanto à robustez do modelo. Considerando ainda as significâncias das regressões R. 1, R.2 R.3 e R.4, tais resultados, podem corroborar os resultados encontrados em R. 5.

Em todas as regressões o teste de Wald rejeitou a hipótese nula de ausência de homocedasticidade, assim como o teste de Wooldridge que também rejeitou a hipótese nula de ausência de autocorrelação. A fim de corrigir estas situações, foi usado a correção de erros padrões robustos no modelo estimado para todas as regressões. O teste de Durbin-Wu-Hausman identificou endogeneidade para regressão R. 4 para as três variáveis que representam os tributos Estaduais, que são *lnpcitcd*, *lnpcipva*, *lnpcicms*, além da variável *lnpcpipi*, que representa a transferência para o Estado da cota parte do IPI, e para a R. 5 para a variável de transferências..

Embora toma-se como base a regressão R. 5, nota-se que os coeficientes em todas as regressões para todas as variáveis apresentaram resultados semelhantes, o que indica a robustez das variáveis empregadas para análise.

Tabela 3: Regressões de estimação dos modelos

ifdm	R. 1	R. 2	R. 3	R. 4	R.5
Constante	0,103 (0,015)***	0,158 (0,036)***	0,063 (0,063)***	0,117 (0,034)***	0,113 (0,038)***
ifdm defasado (L1)	0,891 (0,016)***	0,878 (0,024)***	0,901 (0,020)***	0,893 (0,026)***	0,620 (0,070)***
ifdm defasado (L2)	-	-	-	-	0,369 (0,074)***
ifdm defasado (L3)	-	-	-	-	-0,091 (0,077)
lnestpc	0,002 (0,001)**	-	0,001 (0,002)***	-	0,001 (0,001)*
lntranspc	-0,007 (0,001)***	-0,005 (0,001)***	-	-	-0,006 (0,001)***
lnpctaxas	-	-0,001 (0,001)	-	-0,000 (0,001)	-
lnpercont	-	0,003 (0,002)	-	0,002 (0,002)	-
lnpcicms	-	-0,012 (0,001)**	-	-0,005 (0,005)	-
lnpcipva	-	0,005	-	0,003	-

		(0,005)		(0,004)	
Inpcitcd	-	0,005	-	0,004	-
		(0,003)		(0,002)	
Inpcpcfpe	-	-	-0,005	-0,004	-
			(0,002)**	(0,002)***	
Inpcpcide	-	-	-0,000	0,000	-
			(0,001)	(0,001)	
Inpcf	-	-	-0,000	-0,000	-
			(0,001)	(0,001)	
Inpcpipi	-	-	-0,003	-0,002	-
			(0,001)***	(0,001)	
Inedu	-	-	-	-	0,078
					(0,133)
Insaúde	-	-	-	-	-0,077
					(0,132)
Bfpc	-	-	-	-	0,003
					(0,050)
Matpercapta					-0,079
					(0,084)
medpercapta					-0,016
					(0,044)
Nº de Observações	208	204	196	192	156
Validade do modelo	5441,48***	5537,10***	10652,95***	7596,27***	12185,20***
Validade do instrumento	121,623	181,516	155,936	191,900	181,233
Prob > chi²	0,090	0,538	0,681	0,718	0,230
Heterocedasticidade	1144,96***	3369,16***	835,75***	475,52***	962,64***
Autocorrelação	393,540***	299,302***	166,005***	92,336***	165,030***

Notas: *** nível de significância à 1%, ** nível de significância à 5%. *nível de significância à 10%. Validade do modelo: Teste de Wald Chi²; Validade dos instrumentos: Teste de Sargan Chi²; Heterocedasticidade: Teste de Wald; Autocorrelação: Teste de Wooldridge.

Fonte: Dados da pesquisa.

O teste de Sargan, que verifica a validade dos instrumentos, foi validado para todas as 5 regressões, considerando que aceita a hipótese nula que os instrumentos são válidos a nível de 5%. O teste de Wald que verifica a validade do modelo e se o modelo comporta de maneira normal, como um pressuposto para a linearidade das regressões, foi estatisticamente significativo e validou as 5 regressões propostos a nível de 1%. Ambos os testes podem ser observados na Tabela 3.

Diante os resultados apresentados, é possível perceber que o IFDM defasado possui importância nos valores presentes do desenvolvimento, levando em consideração que a evolução do desenvolvimento humano deve ser observado como um processo de médio e longo prazo, sendo um processo progressivo, cujo movimento histórico tem grande influência, o que corrobora com as ideias de Costa (2015) e Sen (2010) que, para eles, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de evolução das condições sociais. Nota-se, diante dos resultados da regressão R.5 que os efeitos do IFDM de até 2 anos anteriores expressam relevância para o

desenvolvimento. Além disso, nota-se a expressividade dos efeitos das condições sociais, embutidas no cálculo do IFDM, corroborando as ideias de Sen (2010), Crespo e Gurovitz (2002) e Ottonelli e Mariano (2014), que discutem a importância de fatores sociais para o desenvolvimento humano.

Em todas as regressões, as transferências, sejam elas agregadas ou desagregadas, apresentaram valores negativos para o desenvolvimento humano. Na regressão R. 5, em específico, seu valor possui influência maior que aquela provenientes de recursos próprios, indicando que, a dependência de recursos de transferências pode ser prejudicial ao processo de desenvolvimento humano.

A regressão R. 5, que considera as variáveis de controle os gastos com saúde e com educação, bem como as variáveis de prestação de serviços à população e IFDM defasado, não apresentou significância estatística para as variáveis de condições sociais, enquanto para o IFDM apresentou significância até sua segunda defasagem. Isso pode ser interpretado, como aponta por Sen (2010) que o desenvolvimento humano é sistêmico e multidimensional, cuja promoção das condições sociais deve ser direcionada de forma conjunta. Nesse caso, os resultados do número de médicos per capita, o número de beneficiários per capita e o número de matrículas per capita não apresentaram significância estatística, possivelmente por suas características individuais. Por outro lado, o desenvolvimento defasado agrega valores de progressão do desenvolvimento e do modelo multidimensional e sistêmico.

Já os resultados das variáveis de receitas não obtiveram grandes diferenças dos resultados apresentados nas demais regressões, que não consideravam mais variáveis de controle. Tais resultados auxiliam para identificar a robustez do modelo. Como em todas as regressões, as transferências intergovernamentais tiveram relação negativa para a promoção do desenvolvimento humano.

Esses coeficientes negativos das transferências corroboram a literatura que, conforme apresentado por Slack (2007), regiões com menor dependência de recursos tendem a ter maior nível de desenvolvimento, isso devido o volume de receitas de transferências, por vezes, são utilizados com finalidades específicas que as receitas próprias não conseguiram suprir. Além disso, as transferências intergovernamentais têm como principal objetivo a equalização das receitas entre os entes federados, como já foi destacado por Slack (2007) e por Shah (2007). Além disso, Boadway (2007) destaca que as transferências possuem importância para que os entes federados cumpram os objetivos nacionais, mesmo aqueles entes que não possuam recursos próprios para atender os programas federais. Diante isso, Sobel e Crowley (2014) ressaltam que as transferências devem possuir caráter temporário e/ou pontual, tendo em vista que seus recursos são para complementação da arrecadação própria.

Em resumo, a dependência de recursos de transferência, via de regra, consiste em uma baixa capacidade de arrecadação própria, o que limita dois aspectos: o esforço orçamentário e administrativo que tem como base de arrecadação o próprio desenvolvimento econômico, alimentando um ciclo virtuoso. Basta ressaltar que extrema dependência, em si, reflete limitações de cunho econômico e social. O segundo aspecto refere-se a qualidade do planejamento orçamentário, em que os recursos de transferência, salvo exceções sofrem a limitação de um ciclo orçamentário reduzido, refletindo no uso restrito. Nesse caso, ao invés de tornar como uma fonte de complementação orçamentária, as transferências tornam-se a principal fonte de financiamento de políticas públicas.

É possível ainda perceber a influência do Fundo de Participação do Estado (FPE) e da cota parte do IPI, devido seus valores de maior expressividade e, que por vezes, os Estados tomam dependência desses tipos de recursos.

Embora possuindo relações negativas, não se deve tomar as transferências como condições negativas e impróprias para as contas públicas, mas sim um mecanismo de controle dessas contas. A dependência sobre esses recursos que torna prejudicial para o desenvolvimento humano dentro do Estado, considerando sua baixa capacidade de arrecadação tributária, seja ela pela baixa economia ou por problemas de fiscalização e controle de arrecadação.

Quanto aos resultados de arrecadação própria, o pequeno valor do coeficiente deve-se ao fato que tal conta representa o acumulado do ano sendo seus principais resultados observados no ano posterior. Para investimentos no ano corrente, pode haver limitação de tempo e de recursos, em algumas regiões, para aplicar estes recursos e apresentarem resultados relevantes no desenvolvimento humano.

Por fim, os resultados apontam que o desenvolvimento humano deve ser trabalhado de forma progressiva, cujos resultados de períodos anteriores influenciam o período atual. Além disso, melhorar a qualidade das receitas públicas, com a diminuição da dependência por recursos de transferências, tendem a manifestar influências positivas na promoção do desenvolvimento humano.

5. Considerações finais

A presente pesquisa buscou apresentar a relação entre a disponibilidade orçamentária para a melhoria do desenvolvimento humano dos Estados brasileiros.

Diante a literatura e dos resultados apresentados, nota-se que por consistir em um processo progressivo, cujos períodos passados refletem no nível de desenvolvimento humano do ano vigente, destaca-se como importante que seja dada continuidade e, quando o caso, aperfeiçoamento das políticas públicas desenvolvidas por gestões passadas, a fim de gerar melhores resultados no nível de desenvolvimento. A descontinuidade dessas ações podem resultar no retardo do avanço social.

Percebe-se ainda que a dependência das transferências intergovernamentais podem afetar negativamente no processo de desenvolvimento humano. Contudo, não se deve desconsiderar os benefícios dessas receitas, tendo em vista que possuem caráter de equilíbrio das receitas e, o que muitas delas possuem, direcionamento específico às atividades de promoção social. Há ainda regiões com baixa capacidade de arrecadação própria, que em um cenário a curto prazo torna-se inviável considerar a independência financeira.

Por outro lado, as receitas de arrecadação própria, de forma agregada, possuem relação positiva com a melhoria do desenvolvimento humano. Nesse sentido, torna-se importante que a gestão pública estadual crie mecanismos de melhoria no recolhimento tributário, reduzindo assim a dependência das receitas de transferências. Tais melhorias de recolhimento consistem no estímulo econômico local, a fim de promover os setores econômicos de forte relevância na região, além da revisão da legislação tributária, bem como nas fiscalizações para garantir que seja recolhido de todos os contribuintes o que é devido ao Estado, diante à legislação vigente.

O que recomenda-se não consiste no aumento da carga tributária, mas do cumprimento da legislação, com redução de práticas ilícitas, correções das bases de cálculo conforme a realidade local, bem como no estímulo econômico como forma a garantir maiores volumes de receitas próprias.

A promoção do desenvolvimento humano deve ocorrer de forma sistêmica e sustentável, uma vez que valores passados tendem a influenciar os resultados presentes mais que a disponibilidade de receitas disponíveis. Contudo, para realizar tal promoção, é importante destacar a necessidade de recursos para investimentos.

Por fim, a presente pesquisa, ao tentar verificar como a qualidade das receitas públicas, provenientes da arrecadação própria e das transferências intergovernamentais afetavam o desenvolvimento humano dos Estados brasileiros, nesse caso, deve ser realizado um estímulo na arrecadação própria a fim de diminuir a dependência de recursos de outros entes, uma vez que essa dependência é reflexo da baixa capacidade financeira e econômica local, que diminui a capacidade de investimento em ações de promoção social. Ainda, para realizar a promoção do desenvolvimento humano é importante que sejam admitidas ações de melhorias contínuas das condições sociais e de formação de receitas próprias, cujos resultados dessas ações surgirão em períodos futuros.

Contudo, as desigualdades presentes dentro de um determinado Estado pode afetar o seu nível de desenvolvimento. Além disso, diversas são as dimensões que afetam o desenvolvimento humano, a considerar o meio ambiente, urbanismo, alimentação, saneamento básico, entre outras. Neste caso, para fins de pesquisas futuras, recomenda-se verificar essa relação orçamentária com o nível de desenvolvimento em nível municipal, a fim de captar as disparidades regionais. Além disso, torna-se relevante identificar a qualidade dos gastos públicos e da gestão como ferramentas de promoção do desenvolvimento humano, bem como inserir para análise indicadores das condições sociais. Além das relações financeiras, torna-se importante verificar os efeitos das condições sociais no desenvolvimento humano e a influência das disparidades sociais para sua promoção.

6. Referências

BAIÃO, A. L. **O papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: (Dissertação de mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, FGV, 2013.

BALTAGI, B. H. **Econometric Analysis of Panel Data**. 2ª. ed. Londres: John Wiley and Sons, 2001. 351 p.

BARBER, B. K. et al. Politics drives human functioning, dignity, and quality of life. **Social Science & Medicine**, 122, dez 2014. 90–102. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953614006224>>. Acesso em: 13 maio 2016.

BILBAO-UBILLOS, J. Another Approach to Measuring Human Development: The Composite Dynamic Human Development Index. **Social Indicators Research**, 111, n. 2, abr 2012. 473-784. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11205-012-0015-y>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BOADWAY, R. W. A Conceptual Perspective. In: BOADWAY, R. W.; SHAH, A. **Intergovernmental fiscal transfers: principles and practices**. Washington: World Bank Publications, 2007. p. 572.

BOGONI, N. M.; HEIN, N.; BEUREN, I. M. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 45, n. n. 1, Jan./Fev. 2011. 159 - 179. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000100008>>. Acesso em: 06 jan 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Transferências Constitucionais e Legais. **Tesouro Nacional**, 2014a. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BRASIL. Transferências Voluntárias. **Tesouro Nacional**, 2014b. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-voluntarias>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, mar. 1982. 4-16. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/11454>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics using Stata**. Ann Arbor: Stata Press, 2009. 692 p.

CANGUSSU, R. C.; SALVATO, M. A.; NAKABASHI, L. Uma análise do capital humano sobre o nível de renda dos estados brasileiros: MRW versus Mincer. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 40, n. n. 1, 2010. 153-183.

COSTA, L. M. Desenvolvimento sustentável no órgão de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio: demolindo mitos e barreiras. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 49, n. 6, dez. 2015. 1353-1373. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612139082>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

COWEN, M. P.; SHENTON, R. W. **Doctrines of development**. Londres: Routledge, 1996.

CRESPO, A. P. ; GUROVITZ, E. A Pobreza Como um Fenômeno Multidimensional. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. 2002. 2-12. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol1-num2-2002/pobreza-como-fenomeno-multidimensional>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

DATASUS. Portal da Saúde. **Ministério da Saúde**, 2016. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0202>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. D. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, ago 2009. 201-215. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>>. Acesso em: 12 abr 2016.

FÁVERO, L. P. **Modelos de Regressão com EXCEL®, STATA® e SPSS®**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 504 p.

FIRJAN. IFDM: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. **Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro**, 2014. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

FREITAS, A. F. D.; FREITAS, A. F. D.; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, dez. 2012. 1575-1597. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7142>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 924 p.

HEO, U.; HAHM, S. D. Democracy, Institutional Maturity, and Economic Development. **Social Science Quarterly**, 96, n. 4, 15 jul. 2015. 1041-1058. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ssqu.12185/abstract;jsessionid=52415CF89B43B58C0005C59FDE814A34.f04t01?userIsAuthenticated=false&deniedAccessCustomisedMessage=>>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

HOU, J.; WALSH, P. P.; ZHANG, J. The dynamics of Human Development Index. **The Social Science Journal**, 52, n. n. 3, set. 2015. 331-347. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0362331914000640>>. Acesso em: 22 jul 2016.

INEP. Sinopses Estatísticas. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

LAWRENCE, R. J. Housing and health: from interdisciplinary principles to transdisciplinary research and practice. **Future**, v. 36, n. 4, maio 2004. 487-502. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016328703001848>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

LÜ, X. Intergovernmental Transfers and Local Education Provision – Evaluating China's 8-7 National Plan for Poverty Reduction. **China Economic Review**, v. 33, fev. 2015. 200-211. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2560106>. Acesso em: 01 abr. 2016.

LÜ, X. Intergovernmental Transfers and Local Education Provision – Evaluating China's 8-7 National Plan for Poverty Reduction. **China Economic Review**, 33, fev. 2015. 200-

211. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2560106>. Acesso em: 01 abr. 2016.

MARINHO, E.; JORGE NETO, P. D. M. Gastos públicos e condições de vida nos municípios do estado do Ceará. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, jul. 1999. 139-160. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7641>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

MENDES, M.; MIRANDA, R. B.; COSIO, F. B. Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma. **Texto para Discussão, Consultoria Legislativa do Senado Federal**, Brasília, 40, abr. 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/id/882/4/R159-13.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

OTTONELLI, J.; MARIANO, J. L. Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, out 2014. 1253-1279. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121724>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

PNUD. O que é Desenvolvimento Humano. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**, [s.d.]. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em: 01 abr. 2016.

PNUD. Desenvolvimento Humano e IDH. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**, 2012. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

PRADO, S. Introdução conceitual e visão geral do sistema. In: PRADO, S. **Transferências Intergovernamentais na Federação Brasileira: avaliação e alternativas de reforma**. Caderno n. 6. ed. Rio de Janeiro: Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros, v. 2, 2007.

SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, M. J. F. As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. **Desenvolvimento em questão**, 11, n. 22, 2013. 35-61. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/186/564>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, out. 2007. 909-933. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122007000500006>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

SCHOROEDER, L.; SMOKE, P. Intergovernmental fiscal transfers: concepts, international practice and policy issues. In: SMOKE, P.; KIM, Y. H. **Intergovernmental**

Transfers in Asia: Current Practice and Challenges for the Future. Manila: Asian Development Bank, 2003. p. 20-59.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SHAH, A. A Practitioner's Guide to intergovernmental Fiscal Transfers. In: BOADWAY, R. W.; SHAH, A. **Intergovernmental fiscal transfers: principles and practices**. Washington: World Bank Publications, 2007. p. 572.

SILVA, A. M. D.; FAGUNDES, F. D. C.; PEREIRA, R. A. Fundos de Participação e sistemas de equalização. In: PRADO, S. **Transferências Intergovernamentais na Federação Brasileira: avaliação e alternativas de reforma**. Cadernos n. 6. ed. Rio de Janeiro: Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros, v. 2, 2007. Cap. 2.

SLACK, E. Grants to large cities and metropolitan areas. In: BOADWAY, R. W.; SHAH, A. **Intergovernmental fiscal transfers: principles and practices**. Washington: World Bank Publications, 2007. p. 572.

SOARES, M.; GOMES, E. D. C. O.; TOLEDO FILHO, J. R. D. A repartição tributária dos recursos do ICMS nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 45, n. 2, abr. 2011. 459-481. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7000/5560>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

SOBEL, R. S.; CROWLEY, G. R. Do intergovernmental grants create ratchets in state and local taxes? **Public Choice**, 158, n. 1, jan 2014. 167-187. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11127-012-9957-5>>. Acesso em: 13 maio 2016.

SOBREIRA, R.; CAMPOS, B. C. Investimento público em educação fundamental e a qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, abr. 2008. 327-347. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000200006>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

TESOURO NACIONAL. Finanças do Brasil - FINBRA. **Tesouro Nacional**, 2013. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: 13 out 2015.

WHO. **Constitution of the World Health Organization**. Geneva: World Health Organization, 1946.

WU, P.-C.; FAN, C.-W.; PAN, S.-C. Does Human Development Index Provide Rational Development Rankings? Evidence from Efficiency Rankings in Super Efficiency Model. **Social Indicators Research**, 116, n. 2, abr 2014. 647-658. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s11205-013-0285-z>>. Acesso em: 27 jul. 2016.